

MEIO AMBIENTE

Água do Parque Nacional de Brasília não pode ser consumida. Presença de coliformes é confirmada em análises e ameaça saúde dos frequentadores

Fonte proibida

Valéria Feitoza
 Da equipe do Correio

Uma má notícia para os frequentadores do Parque Nacional de Brasília. A fonte da Água Mineral, interdita desde o final de 1999, não será mais liberada. A interdição definitiva foi determinada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que analisou a qualidade da água e constatou que ela não tem condições de ser consumida.

Entre setembro de 1999 e fevereiro deste ano, o Ibama analisou 650 amostras de água das duas piscinas da Água Mineral, colhidas semanalmente em sete pontos diferentes. Os resultados indicaram que para lazer e natação as duas piscinas apresentam excelente qualidade, mesmo nos dias e horários mais movimentados. Porém, a água não pode ser bebida.

"Apesar de ser limpa e cristalina, ela tem a presença de bactérias que podem ser nocivas à saúde se ingeridas", alerta a química Lúcia Porreca, coordenadora do trabalho de análise da água no parque. Lúcia trabalha no Departamento de Unidades de Conservação do Ibama.

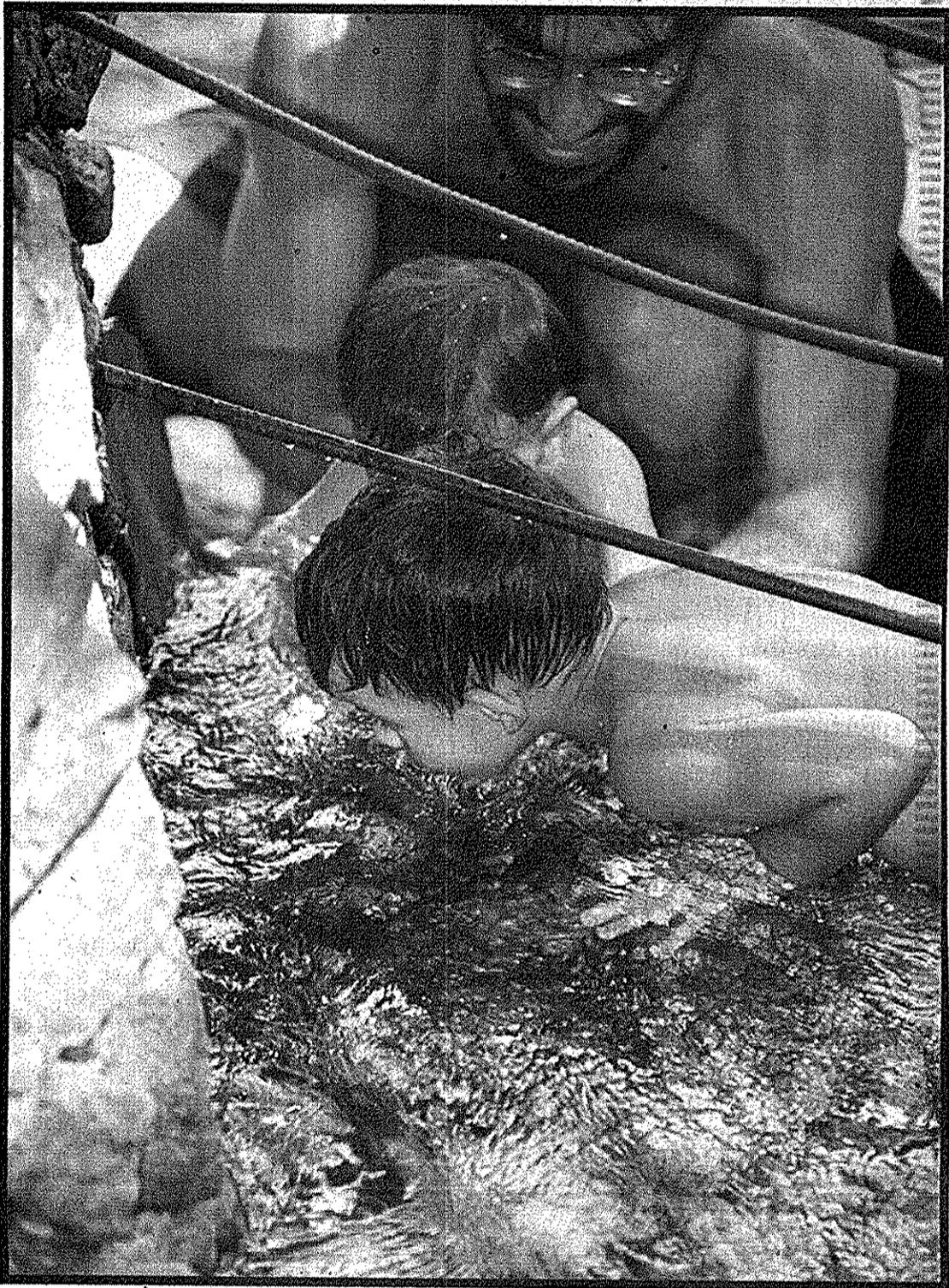
Na fonte de água mineral, foram colhidas 100 amostras durante a pesquisa do Ibama. Em 47 delas, foi detectada a presença de coliformes totais, provenientes da contaminação natural do ambiente por fezes de animais, folhagens e sujeiras trazidas pela chuva, por exemplo. Em 14 amostras, houve presença de coliformes fecais, resultantes do contato da água com fezes humanas.

"Os índices encontrados na água foram baixos, mas o simples fato de os coliformes estarem presentes torna a água imprópria para beber", explica Lúcia. Outras análises feitas pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) e pela Secretaria de Saúde foram usadas na pesquisa. Os laudos atestam que a acidez e o nível de turbidez da água são normais.

No final de junho, o Ibama deve publicar o relatório técnico completo sobre a qualidade da água no Parque Nacional de Brasília. O documento tem 72 páginas e está em fase de revisão. Mas nesta semana, os frequentadores do parque receberão um informativo, distribuído pelo Ibama, com esclarecimentos sobre os resultados da pesquisa.

Parte da culpa pela presença de bactérias é dos próprios usuários do parque. Lúcia explica que não é raro ver pessoas colocando os pés na queda da

Fotos: Lindauro Gomes



ÁGUA LÍMPIDA DO PARQUE NACIONAL ATRAI CRIANÇAS: RISCO DE DOENÇAS QUE PODEM DEMORAR A SE MANIFESTAR

fonte, por exemplo. "Também é quase impossível impedir que folhas e fezes de animais tenham contato com a água, já que fica tudo descoberto", afir-

ma. Para garantir a qualidade da água, segundo Lúcia, é necessário fazer outros tipos de análise, sobre a quantidade de sais minerais e a presença de metais, radioatividade e substâncias químicas prejudiciais à saúde.

A presença de coliformes fecais e totais na água pode causar problemas como diarreia, infecções intestinais, problemas gástricos e outros tipos de doenças. "Na maioria das vezes, os sintomas não aparecem no mesmo dia. Mas o consumo frequente de água imprópria pode desencadear um processo cumulativo de subs-

tâncias tóxicas. Após meses ou anos, as doenças aparecem", explica Lúcia.

Por este motivo, a fonte da Água Mineral foi interdita em 1999. Mas, mesmo com o aviso estampado em uma placa, alguns usuários insistem em beber a água. "Ela é tão limpinha que a gente não acredita que seja imprópria", diz a funcionária pública Fátima Rodrigues de Araújo, 45 anos.

O diretor do parque, Elmo Monteiro, explica que apesar da interdição é impossível restringir o acesso dos usuários à fonte. Segundo ele, além de ser ilegal, já que o local é público, a medida criaria grande antipatia. "Tem gente que frequenta o parque há 35 anos, os filhos cresceram bebendo a água daqui. Eu não posso simplesmente proibir essas pessoas de chegar perto da fonte", argumenta.

ÁGUA MINERAL

Até 1950, a região do Parque Nacional onde se encontram as piscinas era totalmente coberta por árvores nativas e não havia evidências de água. Com a construção de Brasília, o governo começou a exploração de cascalho e madeira no local. Um dia, uma árvore caiu e, no lugar onde ela estava, começou a brotar água em grande quantidade. É nesse local a fonte que atualmente está interdita. Na área onde a água da fonte escoava, foi construída a Piscina Pedreira, conhecida como Piscina Velha. A nova piscina foi construída na década de 80. Junto com outras fontes e parte do Córrego Acampado, as piscinas formam o conjunto popularmente conhecido como Água Mineral.

Mais higiene

Logo que o Ibama iniciou a pesquisa sobre a qualidade da água no Parque Nacional de Brasília, várias medidas começaram a ser implantadas para garantir aos usuários melhores condições de higiene. A primeira foi limitar a quantidade de pessoas no parque em 2,5 mil por dia.

“Já houve dias em que havia nove mil pessoas aqui dentro. A gente olhava para as piscinas e só enxergava um monte de gente”, conta o diretor do parque, Elmo Monteiro. A rotina de lavagem das piscinas também foi alterada na mesma época.

O Ibama está desenvolvendo, junto com a Caesb, um sistema de monitoramento constante, por meio de análises laboratoriais da água. Na semana passada, foram instalados novos chuveiros nas áreas das piscinas, para que as pessoas façam a higiene corporal antes de entrar

na água. Essa medida também faz parte do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, elaborado em 1998. “Tudo isso, aliado a um trabalho de orientação aos usuários, pode melhorar ainda mais a qualidade da água nas piscinas”, explica Lúcia Porreca, coordenadora da pesquisa do Ibama.

Ela destaca que, embora nunca tenha sido detectada a contaminação da água do parque por esgotos domésticos, o Ibama desenvolveu estudos sobre a instalação e funcionamento dos banheiros e fortaleceu a estrutura de caixas coletoras.

O Ibama também desativou as residências que havia dentro do parque e alterou os procedimentos de coleta e disposição dos esgotos. “O trabalho em relação à água do parque vai muito além da simples análise em laboratório”, revela Elmo Monteiro.



RESULTADO DA ANÁLISE MANTÉM A INTERDIÇÃO: AGORA É DEFINITIVO